

DO DISCURSO PATOLOGIZANTE AO IMPERATIVO DO ALTO RENDIMENTO: UM OLHAR PSICANALÍTICO SOBRE A MEDICALIZAÇÃO DA INFÂNCIA E SUAS REPERCUSSÕES ESCOLARES

FROM PATHOLOGIZING DISCOURSE TO THE IMPERATIVE OF HIGH PERFORMANCE: A PSYCHOANALYTIC PERSPECTIVE ON THE MEDICALIZATION OF CHILDHOOD AND ITS SCHOOL REPERCUSSIONS

Maria Thais Arruda Cavalcante Campos de Andrade
Graduada em Educação Física
CREF002525/G
Psicóloga/ Psicanalista
CRP11/ 22301

Regina Claudia Carneiro Albuquerque de Oliveira
Licenciatura em Filosofia
Psicóloga /Psicanalista
CRP 11/06167

RESUMO

Este artigo examina criticamente os processos de patologização e consequente medicalização da infância e suas repercussões no contexto escolar, analisando como o discurso contemporâneo opera através de mecanismos de controle social que promovem a autoexploração e a supressão da singularidade. A partir de uma perspectiva psicanalítica, investiga-se como a sociedade do desempenho, conceituada por Byung-Chul Han, transforma o imperativo da performance em uma nova forma de opressão silenciosa, onde o sujeito deixa de ser oprimido por proibições externas e passa a ser explorado pela própria lógica da produtividade. O estudo demonstra como a transformação de dificuldades cotidianas em categorias diagnósticas reflete uma cultura que deslocou seus mecanismos de controle da coerção externa para a autoexploração, onde o sujeito se vê obrigado a ser, simultaneamente, seu próprio alvo e sua própria mercadoria. Através de uma análise bibliográfica e reflexão teórica, examina-se o papel da família e da escola na reprodução da lógica medicalizante, evidenciando como instituições que deveriam promover o desenvolvimento subjetivo se transformam em dispositivos de controle e normalização. A pesquisa aponta para a necessidade de alternativas clínicas e pedagógicas que visem convocar o sujeito ao lugar desejante, visto que esse discurso de produção e perfeição, não aponta para a falta, a incompletude que localiza o sujeito no circuito do desejo e assim possam resistir às tentativas de normalização. As considerações finais enfatizam a importância de repensar a educação como espaço de acolhimento e valorização das diferenças, buscando alternativas pedagógicas mais sensíveis e, efetivamente, inclusivas que permitam a cada sujeito construir livremente sua trajetória de vida, resistindo às determinações patologizantes impostas pela sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Medicalização da infância. Psicanálise. Sociedade do desempenho. Patologização. Educação. Singularidade subjetiva.

ABSTRACT

This article critically examines the processes of pathologization and consequent medicalization of childhood and their repercussions in the school context, analyzing how contemporary discourse operates through mechanisms of social control that promote self-exploitation and the suppression of singularity. From a psychoanalytic perspective, it investigates how the performance society, conceptualized by Byung-Chul Han, transforms the performance imperative into a new form of silent oppression, where the subject ceases to be oppressed by external prohibitions and becomes exploited by the very logic of productivity. The study demonstrates how the transformation of everyday difficulties into diagnostic categories reflects a culture that has shifted its control mechanisms from external coercion to self-exploitation, where the subject is forced to be, simultaneously, their own executioner and their own commodity. Through bibliographic analysis and theoretical reflection, the role of family and school in reproducing the medicalizing logic is examined, showing how institutions that should promote subjective development become devices of control and normalization. The research points to the need for clinical and pedagogical alternatives that aim to summon the subject to the place of desire, since this discourse of production and perfection does not point to the lack, the incompleteness that locates the subject in the circuit of desire and thus can resist attempts at normalization. The final considerations emphasize the importance of rethinking education as a space for welcoming and valuing differences, seeking more sensitive and effectively inclusive pedagogical alternatives that allow each subject to freely build their life trajectory, resisting the pathologizing determinations imposed by contemporary society.

Keywords: Childhood medicalization. Psychoanalysis. Performance society. Pathologization. Education. Subjective singularity.

1. INTRODUÇÃO

“Quando nasci veio um anjo safado
O chato dumb querubim
E decretou que eu tava predestinado
A ser errado assim
Já de saída a minha estrada entortou
Mas vou até o fim”.
(Buarque, Chico. Até o fim. 1978)

Quando Chico Buarque, em 1978, escrevia esses versos sobre como o discurso social pode decretar o destino de um sujeito, o poder patologizante aplicado às crianças ainda não havia se estabelecido com tanta intensidade como hoje. No entanto, essa reflexão demonstra uma notável antecipação dos tempos atuais, onde o discurso patologizante da infância impõe rígidas categorizações diagnósticas às crianças, frequentemente negando-lhes a possibilidade de reposicionamento subjetivo.

Ser criança em um mundo performático, voltado para a produtividade incessante e a constante superação, é uma experiência marcada por uma insuficiência estrutural imposta pela

própria sociedade. A infância é frequentemente percebida como algo que precisa ser corrigido ou moldado conforme expectativas alheias, desprovida de autonomia e subjugada ao desejo e ao olhar do outro. Isso fica ilustrado por expressões populares, como “o que criança diz não se escreve”, que revelam uma visão subestimadora das capacidades infantis e restringem seu desenvolvimento subjetivo e sua liberdade de expressão.

Nesse cenário, os impasses que surgem são mais perceptíveis no contexto escolar. É justamente na escola, onde a aprendizagem deveria estimular o desejo e a curiosidade genuína, que muitas crianças enfrentam angústias e inquietações diante de um modelo pedagógico desprovido de convocação real do desejo.

Freud (1930), em seu texto “O Mal-estar na Civilização”, aponta para uma civilização permeada pela tensão entre pulsões de vida e pulsões de morte. Esta dualidade permanente expressa-se na experiência humana sob forma de sofrimento, angústia e dor, aspectos inerentes à vida. No entanto, ao patologizarmos as experiências cotidianas, reduzindo-as a categorias diagnósticas, estamos nos distanciando do próprio ato de viver, numa tentativa frustrada e prejudicial de suprimir ou tamponar o Real. O Real é aquilo que escapa continuamente às tentativas humanas de controle e domínio, manifestando-se através de interrupções e desafios permanentes à ordem estabelecida.

Sem as reflexões necessárias, pais e educadores podem sustentar um sistema educacional que se configura como mercadoria, com escolas oferecendo um produto educacional formatado para satisfazer expectativas mercadológicas, ignorando a verdadeira finalidade educativa, formativa e humanizante. Tal abordagem contribui para a produção e a reprodução de sujeitos cada vez mais vulneráveis à patologização e à medicalização da vida cotidiana.

Diante desse quadro complexo, resiste uma pergunta implícita importante na canção de Chico Buarque: como é possível resistir e seguir em frente diante de um discurso tão insistente em rotular a criança como errada ou insuficiente desde o início da vida? É fundamental repensar a educação como espaço de acolhimento, compreensão das diferenças e valorização da singularidade, buscando alternativas pedagógicas mais sensíveis, humanizantes e inclusivas. Apenas assim será possível superar a lógica patologizante e permitir que cada sujeito construa livremente sua trajetória de vida, resistindo às determinações impostas e indo “até o fim” com autenticidade.

Olhar para estes pontos é manter-se atento para uma verdadeira teia de supressão da singularidade a favor de uma performance vazia de sentido quando se fala da estruturação e existência de um sujeito.

Este texto é um convite a reflexões que incluem questões como a análise dos impasses aos mecanismos psíquicos, das contradições sociais contemporâneas, sobre existência do humano e como a psicanálise pode trabalhar neste contexto.

2. METODOLOGIA

Este estudo configura-se como uma revisão narrativa de caráter teórico-reflexivo, fundamentada na perspectiva psicanalítica e em contribuições de autores contemporâneos que discutem a medicalização da infância e a sociedade do desempenho. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise bibliográfica que contemplou obras clássicas da psicanálise e autores contemporâneos que abordam a patologização da infância, bem como reflexões críticas sobre a sociedade contemporânea.

Os critérios de inclusão adotados contemplaram: (a) obras de referência no campo psicanalítico que abordam a constituição do sujeito e os processos de subjetivação; (b) estudos que discutem criticamente a medicalização da infância e suas repercuções no contexto escolar; (c) trabalhos que analisam as transformações sociais contemporâneas e seus impactos sobre a infância; (d) publicações que articulam psicanálise, educação e crítica social. Foram excluídos trabalhos que adotam exclusivamente perspectivas biomédicas ou comportamentais, sem diálogo com a teoria psicanalítica, bem como estudos que não contemplam a dimensão crítica necessária para a compreensão dos processos de patologização.

A análise desenvolvida neste artigo busca articular diferentes perspectivas teóricas para compreender como o discurso patologizante opera na contemporaneidade, produzindo efeitos de normalização e controle sobre a infância. A abordagem metodológica privilegia a reflexão teórica e a análise crítica, características fundamentais do método psicanalítico, visando não apenas descrever fenômenos, mas interrogar as estruturas discursivas e os mecanismos de poder que os sustentam.

3. SOCIEDADE DO DESEMPENHO: UM DISCURSO INCAPACITANTE DA INFÂNCIA

“A reta é uma curva que não sonha”.
(Barros, Manoel de. Poesia Completa. 2013)

A sociedade contemporânea caracteriza-se por uma transformação fundamental nos mecanismos de controle social, onde o imperativo do desempenho emerge como uma nova forma de opressão silenciosa. Esta mudança paradigmática, analisada por Han (2017, p. 23), revela que “a sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais 'sujeitos da obediência', mas sujeitos de desempenho e produção”.

Neste contexto social, denominado por Han (2017) como "sociedade do cansaço", o sujeito deixa de ser oprimido por proibições externas e passa a ser explorado pela própria lógica da produtividade, da eficiência e da superação constante. Esta transformação implica uma mudança qualitativa nos processos de subjetivação, onde o controle disciplinar é substituído por mecanismos de autoexploração que operam através da internalização das demandas de performance. Neste modo de olhar para a vida, ela não passa de uma cópia de joguinhos de vídeo games, onde o objetivo é passar de fase, uma linha reta da partida à chegada. Mas onde se deseja chegar? Em qual prova da vida as crianças são inscritas e, a partir disto, o que é inscrito nas crianças?

A infância, de partida, é marcada em sua nomenclatura pelo peso da insuficiência como condição de ser uma criança. Vorcaro (2004) argumenta que a própria etimologia do termo “infância” remete a uma condição de inacabamento e ausência de fala, o que já impõe à criança uma posição de limitação simbólica e social. A autora destaca que esse vocábulo carrega, em sua origem latina, a ideia de ausência de eloquência e de capacidade de se expressar, o que reforça uma imagem de submissão e falta de legitimidade.

Não são somente formas de nomear, mas representações das formas de como são tomadas as crianças na sociedade. O estudo da visibilidade infantil revela que, antes mesmo da constituição do sujeito, há uma opacidade simbólica que exige a criação de um sujeito imaginado — a criança — cuja emergência obscurece a complexidade dos processos simbólicos que conduzem à subjetivação. Assim, o discurso que constitui a infância também a limita, ao mesmo tempo em que institui e apaga sua complexidade (Vorcaro, 2004).

Essa criança, compreendida como incompleta e como promessa de um futuro a ser realizado, é inserida em um sistema que exige, de forma precoce, adesão a uma lógica de otimização constante. Desde cedo, ela passa a ser alvo de pressões por rendimento, desempenho e competitividade, especialmente no ambiente escolar, onde o desenvolvimento infantil é frequentemente convertido em uma corrida por metas externas.

A busca por performance na infância transcende uma questão meramente médica ou acadêmica, constituindo-se como um sintoma social e psíquico de amplas proporções. Este fenômeno reflete uma cultura que deslocou seus mecanismos de controle da coerção externa para a autoexploração, na qual o sujeito se vê obrigado a ser, simultaneamente, seu próprio algoz e sua própria mercadoria. Neste contexto, o incômodo de estar deslocado de seu lugar de sujeito, fala na forma de quadros sintomáticos diversos. Sintoma é linguagem que anseia pela escuta, mas na pressa dos tempos hoje destituídos do ritmo e cadência inerentes à sustentação da vida, acaba por sofrer um expurgo no formato de estratégias, globalizadas e massificantes. A exemplo da medicalização dos impasses da vida impõe a crianças confrontadas com exigências que excluem seu lugar de sujeito.

O que se observa são estratégias que instalam um estado psíquico onde a criança não busca mais uma transgressão criativa, mas sim uma adesão radical às exigências de desempenho da sociedade neoliberal. Nesta dinâmica, as dificuldades próprias do tempo necessário de elaboração e aprendizagem são sistematicamente interpretadas como falhas individuais e não como aspectos inerentes aos processos de estruturação subjetiva.

Esta lógica de responsabilização individual produz efeitos devastadores na constituição do sujeito, uma vez que transforma questões de ordem social e política em problemas de natureza individual e biológica. A criança, incapaz de responder adequadamente às demandas de performance, é rapidamente identificada como portadora de algum déficit ou transtorno que justifique sua inadequação ao sistema.

A sociedade do desempenho opera, portanto, através de um discurso fundamentalmente incapacitante da infância, que nega a singularidade dos processos de desenvolvimento e impõe uma lógica homogeneizadora que reduz a complexidade da experiência infantil a indicadores de rendimento e produtividade.

A análise deste cenário revela a necessidade urgente de questionar a lógica da sociedade do desempenho e suas repercussões sobre a infância. Nesse contexto, a Psicanálise se apresenta como agente crítico e formuladora de reflexões que orientam intervenções voltadas à construção de alternativas capazes de valorizar a singularidade e promover formas autênticas de subjetivação.

Para Santiago e Assis (2018), é necessário compreender os psicanalistas como figuras nômades e a Psicanálise como uma instalação portátil, capaz de se deslocar e adaptar-se a novos contextos, especialmente no interior das instituições.

4. PATOLOGIZAÇÃO DA INFÂNCIA: UM DISCURSO DESUBJETIVANTE

Socorro Acioli escreveu contos que são convites à descoberta da força simbólica das palavras. Em “Até o poeta”, a autora narra a história de uma criança que perde misteriosamente o acesso à linguagem, provocando perplexidade nos saberes instituídos. O conto se inicia da seguinte forma:

“O médico disse que não tinha o que fazer.

– A zona das palavras pensadas corresponde às áreas cerebrais de Broca e de Wernicke – ele explicou. – Os exames mostram uma alteração que nunca foi registrada antes nos tratados de neurologia. O mundo da ciência está de boca aberta diante do caso do seu filho – afirmou o doutor antes de encerrar a consulta” (Acioli, 2023, p. 27).

A cena revela o espanto da medicina diante de um acontecimento que escapa à lógica dos protocolos. A perda da palavra, aqui, não é apenas neurológica — é também simbólica: ela desestabiliza os referenciais que pretendem nomear e controlar o que é dito, vivido e sentido. A metáfora criada por Acioli aponta para o risco de se reduzir o sujeito àquilo que pode ser medido e classificado, ignorando o que há de irredutível em sua experiência.

A toda hora, crianças são bombardeadas com novas fórmulas ou um modo de “fazer melhor”, a diferença é um corpo estranho, algo para ser retirado de cena antes que causa maiores estragos. Pergunta-se ao “Dr. Google”, aos influenciadores do mundo digital, aos modelos de linguagem de grande escala (LLM), aos vizinhos, aos especialistas e ditos especialistas e enquanto o lugar mais óbvio, o próprio sujeito que sofre, é esquecido.

A psicanálise oferece uma perspectiva crítica fundamental para compreender os processos de patologização da infância e suas repercussões no campo educacional. Diferentemente do modelo

biomédico que busca categorizar e normalizar comportamentos através de diagnósticos rígidos, a psicanálise propõe uma escuta que considera a singularidade do sujeito e a complexidade dos processos inconscientes de estruturação.

Ao partir da necessária atenção aos processos singulares de cada sujeito, se opõe radicalmente à lógica medicalizante que busca homogeneizar experiências através de protocolos padronizados e intervenções farmacológicas. Enquanto a medicalização opera através da supressão de sintomas, a psicanálise propõe uma escuta atenta ao que o sintoma pode revelar sobre a estrutura subjetiva e os conflitos inconscientes.

Lacan, por sua vez, centra-se na questão da produção do analista e da ética daí decorrente, estabelecendo que é na medida de sua submissão à causa do inconsciente que uma prática se revela analítica. Esta posição ética implica em reconhecer que cada sujeito possui uma forma singular de lidar com o mal-estar inerente à condição humana, resistindo às tentativas de normalização que caracterizam o discurso patologizante contemporâneo.

A análise dos processos de patologização da infância não pode prescindir de uma compreensão das práticas de poder que operam na perspectiva de um efetivo controle sobre a vida e a existência humana. O conceito de biopolítica, por exemplo, desenvolvido no campo da filosofia contemporânea, oferece ferramentas teóricas importantes para compreender como a medicalização funciona como dispositivo de controle social.

No contexto educacional, a patologização da infância opera como um mecanismo biopolítico que visa produzir sujeitos dóceis e adaptados às exigências de produtividade da sociedade contemporânea. Byung-Chul Han, em sua análise da sociedade contemporânea, identifica uma transformação fundamental nos mecanismos de controle social.

Na sociedade do desempenho, o sujeito deixa de ser oprimido por proibições externas e passa a ser explorado pela própria lógica da produtividade, da eficiência e da superação constante. Este “sujeito de desempenho” é alguém que se força a ser sempre mais eficiente, internalizando as demandas de produtividade como se fossem desejos próprios.

Esta transformação tem implicações profundas para a compreensão da medicalização da infância. O uso de substâncias para aprimoramento cognitivo, por exemplo, representa uma manifestação extrema desta lógica de autoexploração, onde o próprio corpo e mente tornam-se objetos de otimização técnica. O “cansaço solitário” e silencioso que caracteriza a sociedade do

desempenho atua individualizando e isolando os sujeitos, impedindo a construção de laços sociais solidários e a elaboração coletiva do sofrimento.

A apropriação de dificuldades na aprendizagem pelo saber médico, conferindo-lhe um status de doença, representa uma forma de deslocamento de problemas de ordem subjetiva, social e política para o campo individual e biológico.

A atual abundância de informação sobre uma “criança ideal”, fruto da ligação entre mercado e ciência, consolida uma conjuntura na qual a medicalização da infância parece ser uma das suas máximas expressões. A massificação do prefixo “neuro” em termos como neuropediatria, neuroaprendizagem e neuroeducação vem se disseminando, instaurando novas questões acerca do sentimento contemporâneo de infância.

O discurso neurocientífico, cada vez mais presente em espaços como a mídia e a escola, configura uma peça-chave da complexa conjuntura simbólica que esculpe condições de produção de subjetividade dos atores envolvidos nas instituições educacionais. Este discurso opera através da promessa de objetividade científica, mascarando os interesses econômicos e ideológicos que sustentam a expansão do mercado farmacêutico infantil.

A revisões no DSM a partir de 1994, intensificaram ainda mais este processo, ampliando os critérios diagnósticos e facilitando a identificação de transtornos em crianças e até mesmo em bebês, momentos de plena estruturação.

O contexto escolar contemporâneo tornou-se um dos principais espaços de reprodução da lógica medicalizante. A escola, que deveria funcionar como espaço de transmissão cultural e formação subjetiva, frequentemente se transforma em instância de triagem diagnóstica, identificando precocemente crianças que não se adequam aos padrões de normalidade estabelecidos.

A medicalização da vida escolar transforma tudo aquilo que escapa do modelo considerado ideal em patologia, promovendo uma cultura de normalização que nega a diversidade e a singularidade dos processos de aprendizagem.

Neste cenário, a patologização da infância constitui-se como um discurso desubjetivante. “Tratar uma criança é, antes de tudo, reconhecer-lhe o direito a angústias, tristezas e medos, sem etiquetagem, mas com o oferecimento da escuta daquilo que se monta” (Catão, 2020, p. 18).

Vivemos em uma sociedade orientada pela performance, onde a produção incessante de sujeitos adoecidos parece naturalizada. O discurso patologizante tem colocado a infância em um lugar de adoecimento, apagando sua complexidade e impondo duas vias igualmente problemáticas: ou a criança não sofre, ou, se sofre, está doente e precisa ser medicada.

Entretanto, a criança sofre, se entristece, sente falta, enfrenta ausências e elabora lutos — mas isso não a define como doente. Esses afetos fazem parte do processo de subjetivação e não deveriam ser tratados como sinais inequívocos de patologia. A lógica patologizante busca enquadrar a criança, em plena constituição subjetiva, dentro das categorias diagnósticas, silenciando o tempo da infância — um tempo que não é o da produtividade, mas o da construção simbólica.

A proliferação de diagnósticos e síndromes, sustentada pelo discurso biomédico e pelas sucessivas expansões do DSM, compromete a possibilidade de a infância ser vivida em sua complexidade. O tempo subjetivo é substituído pelo tempo da intervenção e da classificação. Rossano Cabral Lima, ao refletir sobre a infância e adolescência em tempos de DSM-5, adverte sobre o risco de reduzir o sofrimento infantil a categorias psiquiátricas, geralmente tratadas por uma combinação de psicofármacos e Terapia Cognitivo-Comportamental. Essa prática expressa de forma evidente os processos de medicalização, psiquiatrização, patologização e farmacologização da infância (Lima, 2015, p. 56).

Diante disso, o que se tem testemunhado é a produção de sujeitos amordaçados — não por instrumentos físicos, mas por mecanismos simbólicos. O ato de diagnosticar com vistas à medicalização pode funcionar como um silenciamento da subjetividade, impossibilitando que o sujeito construa saídas singulares para seus sofrimentos.

Surge, então, a pergunta: quais as possíveis consequências da palavra fracassada? O fracasso da palavra na cultura representa um estreitamento do simbólico. O discurso medicalizante — e aqui se insiste: medicalizante, não médico — tem restringido o campo do simbólico, favorecendo passagens ao ato como forma de expressão do que não pôde ser dito.

Não se trata aqui de negar os avanços da medicina ou a importância dos medicamentos quando necessários, mas de problematizar uma medicalização que silencia os sujeitos, impedindo-os de construir um saber sobre seus fantasmas, seus assombros e sua história. Em lugar de um acolhimento ético do sofrimento infantil, tem-se instalado um dispositivo normativo que captura a

infância em nome da eficiência, do controle e da produtividade. Frente a esse cenário, a escuta psicanalítica emerge como resistência: ela afirma o direito da criança à palavra, à singularidade e ao tempo de sua subjetivação.

5. OS DISCURSOS NA ESCOLA: DE QUE FORMA SUSTENTAM O ESVAZIAMENTO SUBJETIVO?

Fazer pessoas no frasco não é fácil
Mas se eu estudar ciências eu faço.
[...]

Para fazer pessoas ninguém ainda não inventou
nada melhor que o amor".
(Barros, Manoel de. Poesia Completa. 2013)

Este capítulo apresenta mais questões que se abriram ao longo da elaboração do artigo do que hipóteses já consolidadas acerca da instituição escolar. Constitui-se como uma oportunidade e convite para que os diversos atores envolvidos nas questões educacionais façam corpo neste debate e, possivelmente, construam coletivamente novas realidades em favor da diversidade subjetiva.

A escola, como lugar de formação, responde às demandas sociais de sua época. Questiona-se se ela se configura como espaço massificante para atender às demandas do sistema, promovendo o apagamento subjetivo, ou se preserva sua função de manutenção do potencial criativo de cada sujeito e em que medida. A tensão entre formar força de trabalho para a engrenagem do sistema versus cultivar as questões que constituem o humano permanece como desafio central da educação contemporânea.

Mariotto (2009) problematiza essa questão ao indagar se a cientificização do ato de cuidar e educar, tal como testemunhada na atualidade, de fato contempla o que é essencial para viver e seguir vivendo. Essa interrogação aponta para a necessidade de questionar se os dispositivos educacionais contemporâneos, cada vez mais tecnicizados e protocolizados, preservam espaço para os aspectos fundamentais da experiência humana.

Para compreender o que é a escola, seu percurso histórico e objetivos, visando trazê-la para discussões que produzam reverberações capazes de reavivar o olhar sobre a subjetividade, torna-se necessário examinar as palavras-chave do discurso educacional. O significado da palavra escola e seu percurso histórico desde seu estabelecimento, com particular atenção às creches e pré-escolas – uma vez que este artigo trata da infância –, revela como as mudanças na concepção de infância

foram moldando as instituições escolares contemporâneas. Mariotto (2009) levanta questões fundamentais ao se perguntar se os dispositivos discursivos atuais oferecem condições para que o sujeito se constitua tal como compreendido pela Psicanálise ou se, ao contrário, esses dispositivos funcionam como paradigmas que testemunham o desaparecimento das condições de subjetivação.

Neste percurso investigativo, emergem contradições significativas que conduzem à reflexão sobre o papel e objetivos da escola. Qual o espaço para o tempo necessário de instauração das funções estruturantes? Como o ingresso prematuro no ambiente escolar pode afetar negativamente a constituição do sujeito? Kupfer e Bernardino (2009) esclarecem que o essencial do ato educativo na primeira infância não se localiza nem no plano pedagógico nem no da puericultura, mas sim na criação de condições para o surgimento de um sujeito. Para os autores, em um tempo em que muito cedo as crianças cruzam o limiar da proteção familiar para se encontrar com as instituições sociais, os papéis daqueles que as acolhem adquirem especial relevância.

Estas questões fundamentais parecem ter sido relegadas a segundo plano diante das demandas de produtividade, performance, funcionalidade e escassez do tempo de quem cuida transformando a educação em processo de adequação a padrões externos em detrimento da emergência da singularidade.

Mariotto (2009) reflete sobre possibilidades de intervenção que visem prevenir tais impasses, considerando que a prevenção não se baseia na antecipação de sintomas ou na tentativa de evitá-los, mas sim na aposta de criação de condições estruturais suficientes para que a subjetivação ocorra antes que se interrompa definitivamente o laço social.

Até este ponto foram abordadas questões dos impasses na estruturação subjetiva, aspectos que deveriam ser observados nos berçários e pré-escolas. Quando a criança alcança a idade escolar e precisa oferecer respostas mais objetivas, as dificuldades de aprendizagem tornam-se mais evidentes, revelando impasses do sujeito que são frequentemente agrupados indiscriminadamente sob a denominação de "dificuldades de aprendizagem". Existe algo como um etiquetamento dividindo em grupos dos que são capazes, dos que não são capazes e dos “jogadores caros”, como está em voga denominar o alto rendimento.

O problema se agrava quando estas denominadas dificuldades de aprendizagem são concebidas como questões do campo médico e passam a ser tratadas como patologias, recebendo como "tratamento" a medicalização. Esta transformação de questões educacionais em problemas

médicos representa um deslocamento fundamental que obscurece as dimensões subjetivas, sociais e políticas envolvidas nos processos de aprendizagem.

Santiago e Assis (2018) observam que os alunos que não aprendem passam a ser alvo de inquietações que mobilizam políticas públicas e programas específicos de Educação Especial e, quanto mais se mostram fechados à aprendizagem, maior é a probabilidade de serem associados a transtornos globais do desenvolvimento ou deficiências intelectuais.

Muitas vezes, a escola deixa claro que não sabe e, no final, talvez não seja interesse trabalhar com o particular. Se os embaraços dos sujeitos são particulares e aparecem como corpo estranho no discurso da produtividade, algo tem que ser feito para que se dilua ou exclua. Se estes “ruídos” são eliminados, o fluxo da produção é otimizado. É um plano, muito bem estruturado que alimenta o sistema.

A análise do filme “O Pequeno Príncipe” (2015) oferece uma ilustração pertinente desta questão, evidenciando como as demandas de performance e desempenho na infância se manifestam na cultura contemporânea. O filme retrata uma criança inserida em um mundo adulto obsessivamente organizado em torno da eficiência e do sucesso, onde não há espaço para a imaginação, a criatividade ou o tempo necessário para o desenvolvimento subjetivo.

Esta representação cinematográfica espelha a realidade de muitas crianças contemporâneas, submetidas precocemente a agendas rigorosamente estruturadas e avaliações constantes de desempenho. A escola, neste contexto, frequentemente se transforma em extensão desta lógica performática, perdendo sua função primordial de espaço de descoberta, experimentação e constituição subjetiva. O escudo da ciência procura dar conta de tudo, mas sempre há algo que fica fora.

Calmettes-Jean (2008) argumenta que o ideal científico nega uma dimensão de impossível que é própria do ato de ensinar, educar e psicanalizar, como já haviam indicado Freud e Lacan. É justamente nesse impossível que reside a fecundidade necessária para sustentar a confrontação com a tarefa de educar.

A questão central que se coloca é se a escola contemporânea preserva espaços para o que Mariotto (2009) denomina “condições estruturais suficientes para que uma subjetivação se dê” ou se ela se tornou mais um dispositivo de reprodução da lógica medicalizante que transforma diferenças em patologias e singularidades em déficits a serem corrigidos.

A resposta a esta questão demanda uma reflexão coletiva que envolva educadores, famílias, profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas, visando a construção de alternativas educacionais que valorizem a diversidade e promovam condições favoráveis à emergência da subjetividade em sua singularidade. Calmettes-Jean (2008) afirma que, quando o inconsciente fala tão fortemente a ponto de ensurdecer o discurso do professor, talvez seja necessário reconhecer que, se a criança recusa de modo contundente a lei da escola, deve-se considerar dar-lhe um lugar no psicanalista. Isso não para que este resolva o impossível da aprendizagem — responsabilidade ainda pertencente ao professor —, mas porque a criança, ao falar por meio de suas dificuldades escolares, não está adequadamente posicionada no espaço escolar. Está deslocada — em ambos os sentidos do termo — e seu discurso inconsciente precisa ser remetido ao seu lugar.

Outro elemento que pesa no discurso dentro das instituições de educação é o da dificuldade dos próprios profissionais diante dos impasses de seus alunos. Santiago e Assis (2018) relatam que, nos cursos de graduação em Pedagogia e nas Licenciaturas em geral, os estudantes frequentemente expressam inquietações que revelam não se sentirem preparados para lidar com os tipos de alunos em foco. A partir disso, os autores formalizam uma questão fundamental: que pesquisas poderiam contribuir para uma formação docente que dialogue com os obstáculos específicos da inclusão escolar?

Não apena os educadores tem dificuldades, também as famílias. Pais exaustos em suas funções também como peças dessa engrenagem chegam aos consultórios atordoados pelo excesso de informação, oferta de solução que prometem ser de baixo custo e eficientes, mas que apenas encobrem uma rede de questões e dificuldades sobrepostas, sem tempo para parar e olhar seus filhos e para si. É preciso tomar tantas questões que são apagadas pelo modo de vida atual e torná-las conscientes para que se construam estratégias particulares.

6. ALTERNATIVAS CLÍNICAS E PEDAGÓGICAS: A CONTRIBUIÇÃO PSICANALÍTICA

“O maior apetite do homem é desejar ser. Se os olhos veem com amor o que não é, tem ser”.
(Vieira, Antônio. Paixões Humanas.)

Diante do cenário de medicalização crescente da infância e da expansão do doping cognitivo como estratégia de enfrentamento das demandas acadêmicas, torna-se fundamental pensar alternativas clínicas e pedagógicas que possam resistir à lógica patologizante e promover formas mais singulares e criativas de subjetivação.

A psicanálise oferece uma perspectiva ética fundamental para pensar alternativas à medicalização da infância. Diferentemente da lógica medicalizante, que busca suprimir sintomas e normalizar comportamentos, a ética psicanalítica propõe uma escuta atenta ao que o sintoma pode revelar sobre a estrutura subjetiva e os conflitos inconscientes de cada criança.

Esta perspectiva implica em reconhecer que cada sujeito possui uma forma singular de lidar com o mal-estar inerente à condição humana, resistindo às tentativas de normalização que caracterizam o discurso patologizante contemporâneo. A especificidade da psicanálise reside em sua abordagem ao inconsciente, distinguindo-se de outras terapias pela atenção aos processos singulares de cada sujeito.

Lacan, ao centrar-se na questão da produção do analista e da ética daí decorrente, estabelece que é na medida de sua submissão à causa do inconsciente que uma prática se revela analítica. Esta posição ética tem implicações importantes para o trabalho com crianças em contexto escolar, pois implica em sustentar um lugar de escuta que não se deixa capturar pelas demandas de normalização e adaptação.

A contribuição da psicanálise para o campo educacional não se resume à aplicação de técnicas ou conceitos psicanalíticos ao contexto escolar, mas implica em uma transformação fundamental na concepção do ato educativo. Freud, já em 1913, demonstrava interesse pelas conexões entre psicanálise e educação, considerando promissora a possibilidade de que o educador, a partir do conhecimento das disposições humanas gerais da infância, estivesse preparado para julgar quais dessas disposições ameaçam conduzir a um desfecho indesejável.

No entanto, o próprio Freud alertava para os limites dessa aplicação, interrogando-se acerca do alcance da aplicação da psicanálise e articulando-a à formação do analista. Esta reflexão revela uma preocupação ética fundamental que se contrapõe à aplicação indiscriminada de categorias diagnósticas no ambiente escolar.

O ato educativo, pensado a partir da psicanálise, deve considerar as condições da transmissão geracional e o sujeito do desejo, aspectos que resultam tensionados à luz da lógica de marcas sociais contemporâneas como a imediatez, as fantasias de completude e a anulação do enigma. A educação não pode ser reduzida à transmissão de informações ou ao desenvolvimento de competências, mas deve ser pensada como processo de subjetivação que permite ao sujeito construir uma relação singular com o saber.

A construção de alternativas pedagógicas não-medicalizantes requer uma transformação fundamental na concepção de aprendizagem e desenvolvimento infantil. É necessário superar as perspectivas etapistas que demarcam rigidamente o que é considerado normal e patológico, reconhecendo a diversidade de ritmos e formas de aprender.

As alternativas pedagógicas devem valorizar a singularidade de cada criança, criando espaços de escuta e acolhimento que permitam a emergência do desejo de saber. Isso implica em abandonar a lógica do controle e da previsibilidade, sustentando um lugar de não-saber que permita ao educador ser surpreendido pela criança.

A construção de alternativas à medicalização da infância requer um trabalho cuidadoso com famílias e educadores, visando desconstruir as representações patologizantes e promover uma compreensão mais complexa dos processos de desenvolvimento e aprendizagem infantil.

O trabalho com educadores deve incluir uma formação que os sensibilize para a escuta das crianças e para a compreensão dos processos inconscientes que operam no contexto escolar. Isso não significa transformar educadores em analistas, mas promover uma postura ética que valorize a singularidade e resista às pressões normalizadoras.

A construção de alternativas à medicalização da infância requer também mudanças nas políticas públicas de saúde e educação, visando reduzir a pressão por diagnósticos precoces e medicação de crianças. É necessário promover uma discussão ampla sobre os riscos da medicalização excessiva e sobre a importância de preservar espaços de não-patologização na infância.

A resistência institucional à lógica medicalizante requer também o fortalecimento de espaços de discussão e reflexão sobre as práticas profissionais, promovendo uma cultura de questionamento crítico das demandas sociais por normalização e adaptação.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas.
Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo...”
(Alves, Rubem. Gaiolas e asas. 2004)

A lógica da nossa sociedade atual é uma lógica de produção, uma lógica capitalista, consumista e que exige até mesmo da criança uma produtividade.

Os excessos de tarefas escolares, de atividades extracurriculares, exigem da criança um trabalho mental muitas vezes além do que é possível, pois cada sujeito tem seu tempo e desejos próprios e singulares.

Desta forma e diante dessa lógica discursiva, não são poucas as vezes que, família, escola, professores e os demais profissionais que atendem crianças, preferem lidar com a forma de como essas crianças respondem esse discurso como uma questão médica de adoecimentos, introduzindo assim medicamentos como tratamento dos TDAHs, ansiedades, transtorno opositor, autismos tantos outros...

A indústria farmacêutica colabora para que esse discurso penetre cada vez mais, pois é um dos setores mais rentáveis e de concentração de capital. Assim, a indústria farmacêutica assume um grande papel no que se diz de transtornos.

É de fundamental importância, nosso papel de contraponto nessa sociedade do enquadre, da patologização e consequentemente da medicalização.

Precisamos estar no lugar de sustentação do que é singular ou então iremos presenciar uma sociedade não muito distante, de robôs e não de sujeitos.

8. REFERÊNCIAS

ACIOLI, Socorro. Até o poeta. In: ACIOLI, Socorro. **Contos de assombração**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

ALVES, Rubem. **Gaiolas e asas:** a arte do voo ou a busca da alegria de aprender. Porto: Edições Asa, 2004.

BARROS, Manoel de. **Poesia Completa.** 2. ed. São Paulo: LeYa, 2013.

BUARQUE, Chico. Até o fim. In: BUARQUE, Chico. **Chico Buarque.** Rio de Janeiro: Polygram; Philips, 1978. 1 disco sonoro (LP). Lado B, faixa 1.

CALMETTES-JEAN, Sandrine. **A criança e o saber:** da experiência corporal à experiência escolar. Salvador: Ágalma, 2008.

CATÃO, Inês. **O bebê nasce pela boca:** voz, sujeito e clínica do autismo. São Paulo: Instituto Langage, 2020.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização (1930). In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21, p. 67-148.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

KUPFER, Maria Cristina Machado; BERNARDINO, Leda Mariza Fischer. As relações entre construção da imagem corporal, função paterna e hiperatividade: reflexões a partir da pesquisa IRDI. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental,** São Paulo, v. 12, n. 1, p. 45-58, mar. 2009.

LIMA, Rossano Cabral. **Somos todos desatentos?** O TDA/H e a construção de bioidentidades. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2015.

MARIOTTO, Rosa Maria Marini. **Cuidar, educar e prevenir:** as funções da creche e da pré-escola na subjetivação de bebês. São Paulo: Escuta, 2009.

O PEQUENO PRÍNCIPE. Direção: Mark Osborne. Produção: Dimitri Rassam, Aton Soumache e Alexis Vonarb. Roteiro: Irena Brignull e Bob Persichetti. Paris: Onyx Films; Orange Studio; On Entertainment, 2015. 1 filme (108 min).

SANTIAGO, Ana Lydia; ASSIS, Raquel Martins de. **O que esse menino tem?** Sobre alunos que não aprendem e a intervenção da psicanálise na escola. Belo Horizonte: Sintoma, 2018.

VIEIRA, Antônio. Sermão da Sexagésima. In: VIEIRA, Antônio. **Sermões.** [S. l.]: Lello & Irmão, 1959. v. 1.

VORCARO, Angela. **A criança na clínica psicanalítica.** Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.